

Jean-François Lyotard

POR QUE FILOSOFAR?



Título original:
Pourquoi philosopher?
© Presses Universitaires de France, abril de 2012
6, avenue Reille, 75014 Paris
ISBN: 978-2-13-059510-6

EDIÇÃO BRASILEIRA
CAPA E PROJETO GRÁFICO: Telma Custódio
REVISÃO DA TRADUÇÃO: Marcos Bagno
REVISÃO: Karina Mota

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

L995p

Liotard, Jean-François
Por que filosofar? / Jean-François Liotard ; tradução Marcos
Marcionilo ; apresentação Corinne Enaudeau. - 1. ed. - São Paulo : Pa-
rábola, 2013. il.

Tradução de: *Pourquoi philosopher?*
ISBN 978-85-7934-067-3

1. Filosofia. I. Título.
13-01517

CDD: 100
CDU: 1

Direitos reservados à

Parábola Editorial

Rua Dr. Mário Vicente, 394 - Ipiranga

04270-000 São Paulo, SP

pabx: [11] 5061-9262 | 5061-8075 | fax: [11] 2589-9263

home page: www.parabolaeditorial.com.br

e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reprodu-
zida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou
mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema
ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

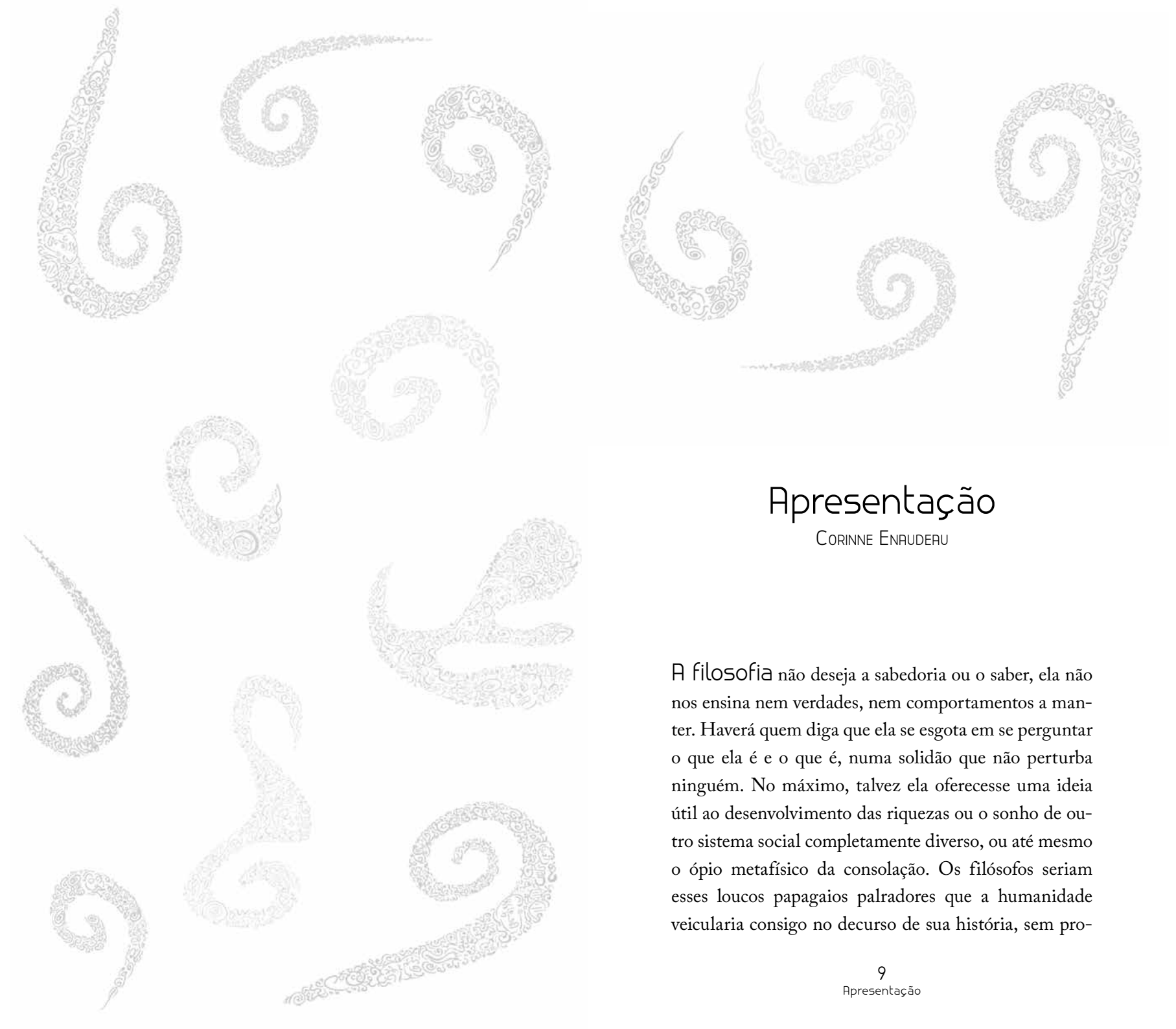
ISBN: 978-85-7934-067-3

© da edição brasileira: Parábola Editorial, São Paulo, março de 2014.



Sumário

9	
Apresentação - Corinne Enaudeau	
19	
Nota editorial	
21	
Por que filosofar?	
23	
1. Por que desejar?	
45	
2. Filosofia e origem	
65	
3. Sobre a fala filosófica	
89	
4. Sobre filosofia e ação	



Apresentação

CORINNE ENAUDERU

A filosofia não deseja a sabedoria ou o saber, ela não nos ensina nem verdades, nem comportamentos a manter. Haverá quem diga que ela se esgota em se perguntar o que ela é e o que é, numa solidão que não perturba ninguém. No máximo, talvez ela oferecesse uma ideia útil ao desenvolvimento das riquezas ou o sonho de outro sistema social completamente diverso, ou até mesmo o ópio metafísico da consolação. Os filósofos seriam esses loucos papagaios palradores que a humanidade veicularia consigo no decurso de sua história, sem pro-

veito, mas também sem grande perda. Eles bem que podem interpretar o mundo, mas permanecem a suas portas sem nunca chegar a transformá-lo. Seu discurso pode ser interrompido, pode ser devolvido ao silêncio, sem que a face do mundo se veja mudada por ele. Visto que, em última instância, ele tem como único fio um estranho apego à perda, o desejo de não perder a perda que mina toda atividade humana e a separa de si mesma, o desejo de não largar a penúria, cujo dardo é plantado pela morte na vida. Podemos, então, nos perguntar em 2014, como fazia Jean-François Lyotard em 1964: por que filosofar? Que motivo teria havido, que motivo há ainda para filosofar, a voltar a nos engolfar no hiato do sentido e isso, toda vez e sempre, em uma ingenuidade revivida que se pode julgar infantil? Uma vez posta, a pergunta pode parecer retórica. Ela é autorreferencial porque sua enunciação já traz, de fato, a resposta do problema enunciado, porque quem se pergunta se pode valer a pena pôr-se a filosofar outra vez já começou a filosofar. Mas é o destino da própria linguagem ter de falar para se inquietar com sua interrupção, a sorte da vigília e da vida renegar *in vivo* o sono e a morte acerca dos quais se inquirem. Como falamos, agimos e vivemos sob a ameaça da perda, não sairemos desse círculo onde a ausência se faz presente e a presença fica perfurada de ausência. Porque não há estúpido que queira, nos diz Lyotard, se aborrecer com um dado sem fala, com uma plenitude sem falta, com uma noite sem sonho. Filosofaremos, então, pelo único motivo de que não podemos escapar a isso: “Dar testemunho da presença da falta por nossa fala”.

O homem que morre em 1998 deixando *A confissão de Agostinho* inacabada talvez tenha se preocupado unicamente com esse inacabamento constitutivo do sentido, que é o punhal e a chaga do pensamento, sua queimadura e seu viático. *Discurso, figura* declarava recusar-se a concluir, *O diferendo* interrompia sua sucessão de parágrafos com alguns números abruptos sobre a história. Cada livro de Lyotard inscreve a disjunção em seu objeto, em sua escrita, na distância dos outros livros. Desde 1964, ele estava convicto de que uma semente de filosofia só pode ser plantada se não nos deixarmos assombrar pela ausência, se encontrarmos a energia paradoxal de contaminar os outros com ela, de levá-los a ouvir a “lei da dívida”, o débito insolúvel. A obra semeará essa semente, mas ela terá sido precedida e acompanhada, em Lyotard, por um ensino vigoroso, por um engajamento no qual questionar, professar e militar permanecem indissociáveis. A atenção à falha, à falta de substancialidade como significação, já supõe que são os outros, muito mais que as coisas, que perfuram a fala, que é por causa deles que a unidade faz falta na totalidade social, por eles que a contrariedade vem cindir a unidade do sentido. Sem eles para baralhar os argumentos, para se opor às ações, desiludir as paixões, a falta nunca assomaria ao real para fazer dele um mundo humano, e esse mundo não convocaria a fala a refletir sua falta, a filosofar. Mas se estamos tratando exclusivamente de preencher o vazio, a filosofia pode perfeitamente construir ali um mundo não humano, um sonho metafísico harmonioso. É quando ela se encerra em um Logos absoluto, miragem de um Todo invisível

que se mantém paradoxalmente separado daquilo que ele une. A ideologia é justamente isso, segundo Lyotard: um sistema de ideias tanto mais professável quanto mais autônomo, quanto mais sublimou a falta da qual proveio, quanto mais fala em outra parte, além. Isso vale para toda metafísica, mas também para toda teoria, mesmo que ela se diga marxista, que queira cumular os espíritos necessitados com seu sistema todo pleno. “Isolar-se da prática” não é falar da substância em vez de visar à revolução, é fazer delas duas a solução, defender que o fim está no começo, que o sentido se pertence desde sempre, que ele sabe o que é e para onde vai. Porque a voz que enuncia o sentido deixa de captar tudo o que se refira a desuniões silenciosas, mas onde não deixa de se buscar. Professar — pelo menos professar a filosofia, não a fé nem a ciência — não é nada sem as perguntas que nos fazemos e que fazemos aos outros, sem esse comércio partilhado da falta no qual se exerce um “paradoxal poder de passividade” — tema recorrente em toda a obra de Lyotard —, o poder de deixar o mundo vir à fala, de se deixar dizer o que falta ao real para ser um quadro e o que falta ao quadro para ser real.

Lyotard terá lecionado assim, ensinando aos estudantes e aos ouvintes que não aprenderão nada com ele se não aprenderem a desaprender, como ele o dirá outra vez em Nanterre em 1984 (em uma conferência publicada em *O pós-moderno explicado às crianças*). Mas foi em 1964, aos 40 anos, que ele mesmo teve de recomeçar a desaprender até mesmo aquilo que achava ter aprendido, a se desprender de uma ortodoxia militante que certamente o fizera desaprender a metafísica, mas aprender a esperar

a revolução e, por meio dela, a resolução da história. Desistir da teleologia revolucionária sem perder a perda que, mesmo esmagada, estava ali atestada — essa falta absoluta ou “erro em si” que é a exploração — é saber que será preciso falar a língua ambígua do sim e do não, da presença e da ausência, quer dizer, corrigir o marxismo com Freud, o materialismo histórico com a ambivalência pulsional, a reconciliação social com a incerteza do desejo. Em suma, dar à voz de Marx a força que a totalização hegeliana lhe subtraiu, a força de dizer a separação. Separação da sociedade de si mesma, separação do mundo e da mente, da realidade e do sentido. Mas também, segundo Freud, separação do amor e de seu objeto, de um sexo e do outro, da infância e da linguagem. Todas essas divisões que, em 1964, são chamadas de “oposições” serão decantadas a partir de *Discurso, figura* em proveito de “diferenças” e se radicalizarão, mais tarde, em “diferendos” irredutíveis: entre salário e capital sempre, mas também e de maneira completamente distinta entre judaísmo e cristianismo. “Infância” permanecerá sendo o nome sob o qual Lyotard repensará por mais de trinta anos a exposição a um assombro brutal, que solapa a fala e, mesmo assim, a reivindica.

Naquele momento, em 1964, é preciso recomeçar sem saber como proceder, porque a infância é, no ambiente humano, seu “de-curso, sua deriva possível, ameaçadora” (segundo as palavras de 1984). Lyotard dá início a sua “Deriva a partir de Marx e Freud” no lugar em que ele está, “em curso”, em curso de rota e em curso de filosofia, entre a Sorbonne, onde leciona, “Socialismo ou Barbárie”, depois “Poder Operário”,

onde ainda milita (por pouco tempo), o volume da coleção “Que sais-je?” sobre a fenomenologia que acaba de escrever, o seminário de Lacan, onde aprende a ler Freud, o seminário de Culioli, onde se inicia na linguística. É em meio a isso tudo que ele tenta tornar audível a seus alunos a perda da unidade, onde tenta cavar, tanto em si como neles, o luto pela completude, ancorando nesse luto a responsabilidade do filósofo.

Uma paixão contraditória anima o discurso filosófico. Porque seu desejo de se possuir em um isolamento absoluto é duplicado pelo voto de não se possuir, de permanecer como uma fala imersa no mundo, pendente de sua própria deficiência. Ensinar filosofia é desencadear essa ambiguidade. Mas a operação só terá seu alcance decepcionante, didático porque decepcionante, se o “curso” de filosofia tiver um curso, se começar pelo meio, ali onde os interlocutores estão com sua história e suas perguntas. Trata-se então de um curso fora do curso, fora da genealogia para se preparar para ela, um curso que não está nem no mundo (cuja pergunta o separa), nem fora do mundo (numa fala já falada em outro lugar), mas no mundo, na distância em que, como o diz Lyotard, nós nos deixamos penetrar pela coisa, ao mesmo tempo em que a mantemos à distância para poder julgá-la. Sem essa “passibilidade” (termo de 1987) ao mundo, entendamos, ao mundo humano, a sua falta tenazmente presente, o ensino não passa de uma exposição de ourivesaria, certamente admirável, mas desprovida de propósito. Propósito que supõe uma tensão entre o desejo e a responsabilidade. “A filosofia não tem desejo particular [...]. É o desejo que tem a filosofia como qualquer ou-

tra coisa”, acrescenta Lyotard, “que ela se volte para esse impulso que a toma, a ela e a toda atividade humana. Mas se ela se satisfizer com essa reflexão sobre o desejo, o pensamento continuará sem pagar sua dívida”.

Para Lyotard, em 1964, a filosofia também é uma práxis, assim como a psicanálise também é, para Freud, uma clínica. O importante é o que falta à vida social, não para se reconciliar, mas para se justificar. A “falta absoluta”, cuja estrutura foi exposta por Marx sob o nome de “proletariado”, apesar de insuportável, não indica “o que a sociedade realmente deseja”, ao contrário daquilo que o marxismo estabelecido pretende. Deve-se, portanto, satisfazer à opacidade desse desejo, frequentar o silêncio e arriscar-se a explicitar o sentido latente, tácito, que já estaria lá, arrastando-se nas relações entre os homens. Se Lyotard dedica a última das quatro conferências à “filosofia e à ação” é porque a responsabilidade filosófica no que diz respeito à falta é indissociável da dívida política para com o mundo, é porque elas sustentam conjuntamente a aposta de transformar o silêncio em fala, a passividade em ação.

Temos aqui duas convicções simultâneas. Uma, herdada de Husserl via Merleau-Ponty, é que o filósofo leva a experiência muda à expressão de seu próprio sentido. A outra, herdada de Marx, é que o filósofo só interpreta o mundo para ajudar a transformá-lo. Elas se tematizam respectivamente na terceira conferência, sobre a fala, e na quarta, sobre a ação. A primeira conferência, dedicada ao desejo, herda de Freud, via Lacan, a ideia de que toda relação com a presença se realiza contra um fundo de ausência. A segunda, por sua vez, articula o

desejo com a fala e a ação, elaborando a perda da unidade e a conservação dessa perda na história sempre retomada do esforço filosófico. Apresentado em boa ordem, o tratamento da pergunta “por que filosofar?” se desenrola do modo seguinte: a razão pela qual filosofamos é que desejamos, e o desejo se desdobra ao se interrogar sobre seu próprio movimento. A razão dessa reflexão é que a unidade está perdida, não em uma desapareção original que nos teria feito esquecer até mesmo a própria unidade, mas no desdobramento de uma história na qual o ajuntamento da realidade e do sentido escapa sempre e é de novo buscado para se perder uma vez mais. Vemos que não filosofaríamos se não falássemos e que não falaríamos se nada pudéssemos dizer, se o silêncio do mundo condenasse o discurso a divagar, ou se um logos imanente ao mundo já tivesse dito tudo e condenasse as palavras a repetir esse tudo. É a “infância com a qual o mundo nos investe”, a ferida de ser apreendido por ela que faz o filósofo falar, que lhe dá essa “força passiva” de dar testemunho de um sentido já presente, um sentido lacunar que torna seu discurso inacabado e, exatamente por isso, verdadeiro. É porque o mundo avança sobre nós que a fala pode avançar sobre ele, exprimindo-o, e a ação pode avançar sobre ele, transformando-o. Filosofamos porque estamos expostos ao mundo e temos “a responsabilidade de dar nome ao que deve ser dito e feito”.

Se filosofar é deixar-nos fazer por uma falta da qual damos testemunho sem preenchê-la, se ensinar é tornar claro o que nós mesmos não entendemos, a lição aqui é magistral, até mesmo no modo de manejar o paradoxo: a transgressão metódica das fronteiras entre as esferas da

vida, assim como entre as disciplinas, serve aqui, realmente, para enodar o desejo, o tempo, a fala e a ação em torno de uma fronteira invisível entre a presença e a ausência. Talvez a lição seja excessivamente magistral para quem conhece a explosão que será tematizada mais tarde em *Discurso, figura*, como a obra que lhe dá sequência, para quem sabe que o edifício de 1964 ainda faz o desejo muito feliz, a fala muito carnal, o tempo muito unificado e a ação muito entusiasta. A morte que aterroriza a vida não poderá mais se aclimatar na falta, se estrangular na fé num sentido latente, ela se tornará mais incisiva na desestruturação do “figural” ou na voz asfixiada que sela o “diferendo”. Quaisquer que sejam as revisões futuras, elas se justificam de antemão, dado que, “além de tudo, há mais de um filósofo, Platão justamente, ou Kant, ou Husserl, que, no decorrer de sua vida, efetua ele mesmo essa crítica, se volta para aquilo que pensou, o desfaz e recomeça, administrando a prova de que a verdadeira unidade de sua obra é o desejo que procede da perda da unidade, e não a complacência no sistema constituído, na unidade reencontrada”. Mais tarde, quando for tratar da ideia de revolução, Lyotard mostrará que o recomeço nunca se faz a partir do zero, apesar do que é dito aqui, que a ingenuidade é um voto exorbitante. Seu debate com os historiadores, assim como sua repetida análise do tempo, dirá que, ao narrar a história, qualquer que seja ela, fica-se preso à roda de um desencadeamento que ameaça e de um encadeamento que rejeita. Provavelmente, a filosofia encontra aqui a necessidade de interrogar sua própria fala, de buscar sua própria regra e, como Lyotard diz aqui, de “irritar todo mundo”.



Um texto inédito de Jean-François Lyotard, no qual ele responde com pedagogia e clareza a esta simples pergunta: “Por que filosofar?”. Obra indispensável para todos os leitores que se lançam ao estudo da filosofia, assim como para todo leitor interessado na obra de Jean-François Lyotard ou em questões filosóficas.

De rara limpidez pedagógica, ao mesmo tempo de rara profundidade, esse curso de introdução à filosofia dado por Lyotard em 1964 é totalmente inédito.

Tradução: MARCOS MARCIONILO

